

19 DE JANEIRO - O ESTADO DA EDUCAÇÃO

A Associação Nacional de Professores, por diversas vezes, manifestou a sua total discordância em relação ao modelo de avaliação de desempenho que o Ministério da Educação (ainda) pretende implementar nas escolas. Desenvolveu autonomamente várias iniciativas com os professores e junto dos órgãos de poder, visando pôr termo a um modelo cientificamente mal preparado e mal enquadrado e do qual não resultará qualquer melhoria da qualidade da educação. No mesmo sentido foi favorável, apoiou e envolveu-se energicamente em todas as acções de contestação desencadeadas pelos professores nas suas escolas e pelas organizações sindicais, sem qualquer reserva, porque sempre entendeu, e disso deu nota pública em tempo oportuno, que o que estava em causa não era “apenas” a avaliação. O que esteve e está em causa é algo bem mais profundo: “a natureza e a distinção da profissão docente”, gravemente postas em causa num Estatuto da Carreira Docente pretensamente renovado. Infelizmente, esta evidência escapou, num primeiro momento, à grande maioria dos professores que, de boa-fé, acalentaram a esperança de que, em sede de regulamentação, a essência da sua profissão seria respeitada.

Na verdade, em três anos de governação, raramente o Ministério da Educação teve uma palavra sincera de apoio e de incentivo aos professores. Nunca se ouviu um responsável do Ministério proferir algo parecido com um “contamos convosco”. A tónica discursiva foi marcadamente de afrontamento aos professores: diminuiu publicamente a qualidade do seu trabalho; imputou-lhes quase integralmente o insucesso dos alunos; ferretou-os com o epíteto de privilegiados, faltosos e pouco empenhados; procurou dividi-los, distribuindo benesses às diversas castas que teve o cuidado de criar no seu seio; empenhou-se em descredibilizar e fragilizar as suas organizações profissionais, duvidando até da sua representatividade; não lhes reconheceu a

capacidade de exercer integralmente e de forma autónoma um dos direitos que ele próprio lhes outorgou estatutariamente, o de participar no processo educativo.

Concomitantemente, quase não passou um dia em que não se propalasse conquistas e sucessos vários (reais ou virtuais) como mérito exclusivo da equipa do Ministério da Educação, das suas leis e demais normativos, como se alguma vez tal pudesse acontecer para além dos professores. Em boa verdade, o discurso político passou a falar de *escolas* como entes concretos e de professores como entes abstractos. Os professores deixaram *de contar* e passaram a ser tratados como mais um recurso indiferenciado e quase decorativo do edifício, descartável e móvel, como o são as cadeiras, as secretárias ou os livros de ponto – existem e é o quanto basta .

Paradoxalmente, os professores começaram a ganhar aquilo que nunca tiveram: **sentido de corpo**. Um corpo que sente e sabe, como nunca, *o quanto é* insubstituível na educação.

Hoje fala-se em *escolas* esquecendo-se todos os que lhe dão vida e significado. Hoje, essas *escolas* são a imagem do desalento, da descrença e da desorientação. Receia-se, inconfessadamente, que impludam a todo o momento, se não todas, pelo menos uma parte muito significativa delas. As famílias perceberam finalmente o que está em causa e começam a dar sinais de impaciência e de preocupação. Os alunos sentem que a *escola* já não é como era, mas também já não sabem bem o que é ou será.

Caminhamos perigosamente para a desagregação do edifício educativo. Sinal evidente disto mesmo é o recuo para os quartéis dos generais da educação. Sentem e sabem que foram longe de mais na sua obstinada cruzada normativista e regulamentadora e que isso lhes retirou, para além da razão, o espaço político vital necessário a um recuo estratégico. Ainda assim porfiam no erro, forçam insensatamente o caminho agora escudados no último reduto - “a imperatividade da lei”.

Tudo isto em nome de quê? Da preservação dum ineficaz e absurdo modelo de avaliação que o próprio Ministério já reconheceu padecer de fragilidades várias? Da defesa do princípio da igualdade entre funcionários públicos, que obriga a tratar como igual o que é desigual? Da obstinada teimosia em ter sempre razão, ainda que à custa do prejuízo dos alunos, das famílias e dos professores?

O erro está, há que dizê-lo sem rodeios, na gritante incompreensão e desconhecimento até do que significa ser professor. Se assim não fosse, quem governa saberia que o valor acrescentado

do seu trabalho não se mede com equações e fórmulas; saberia ainda que o seu trabalho não é o somatório de unidades desagregadas e quantificáveis; e saberia, acima de tudo, que é a dimensão humanista do seu *ser* e do seu *fazer* que os distingue.

Assim sendo, não se deveria pôr um ponto final em todo este mar de confusão? Um ano de instabilidade não será já o suficiente para que se conclua que este caminho nos conduzirá, a todos, a um beco sem saída?

Perante um quadro tão negativo do estado da educação, o que se espera para inflectir caminhos e propósitos? Haja bom senso e sentido de reponsabilidade pública: suspenda-se a avaliação, reveja-se o Estatuto, promova-se uma mobilização de todos, alunos, famílias, professores e governantes. Juntos e solidários construamos uma escola pública, que por o ser, não é propriedade de qualquer equipa ministerial, dos professores, dos alunos, das famílias – é nossa, de TODOS! Enquanto assim não se agir, sobre nós professores impende a obrigação profissional, ética e deontológica de defender a Educação e a escola pública, por todos os meios legítimos ao nosso dispor. Mas façamo-lo unidos, COM VERDADEIRO SENTIDO DE CORPO.

João Grancho

Presidente da Direcção Nacional